



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00637062220208172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALBERTO PAULO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi negado administrativamente, tendo em vista a ausência de sequelas relativas ao sinistro em tela.

Nos autos, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, cujo laudo foi acostado.

#### **AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ DO OMBRO E O ACIDENTE DE TRÂNSITO**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

**Isso se deve ao fato de que inexistem nos documentos do primeiro atendimento, qualquer referência à lesão do ombro.**

**Conforme se extrai do boletim de primeiro atendimento da UPA, somente consta trauma em PÉ:**

**Nome:** ALBERTO PAULO DE OLIVEIRA  
**Nº registro:** 276407  
**Sexo:** Masculino  
**Idade:** 07/07/82 - 37 ano (s)  
**Fone:**  
**Endereço:** , nº , -  
**Data/hora:** 03/04/2020 - 09:21  
**Nº pág.:** 1/1  
**RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**  
03/04/2020 - CIBELE LETICIA  
**SENHA: N044**

**Classificação de Risco: NÃO URGENTE - VERDE**  
**Especialidade: ORTOPEDIA**  
**Encaminhado Para: CONSULTÓRIO - ORTOPEDIA**

**ANAMNESE ENFERMAGEM**

**ALERGIA: NEGA**

**QUEIXA PRINCIPAL:**

Dor MMII - Edema

PACIENTE QUEIXA-SE DE DOR EM PÉ DIREITO + EDEMA APÓS TRAUMA HOJE PELA MADRUGADA

**EXAME FÍSICO:**

PA: 120 x 80 mmHg | Temperatura:  
PO: | Sat O2: | FC: 86 Bpm | Peso: | Altura:

Verifica-se que os documentos de ID. Num. 69135100 - Pág. 2 e 3, apontam procedimento para o ombro mas foram elaborados pela Unimed em 08/07/2020, pelo menos 5 dias após e não fazem qualquer referência ao acidente.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os boletins de primeiro atendimento da UPA.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de julho de 2021.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**